

O CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA (CECI) DA ALDEIA TEKOA PYAU (JARAGUÁ - SÃO PAULO/SP): A CULTURA GUARANI NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES INDÍGENAS.

THE EDUCATIONAL CENTER OF INDIGENOUS CULTURE (CECI) OF TEKOA PYAU VILLAGE (JARAGUÁ – SÃO PAULO/ SP): THE GUARANY CULTURE IN KINDERGARDEN SCHOOL AND INDIAN TEACHERS ACTS

Chirley Maria de Souza Almeida Santos

<chirleymary@gmail.com>

Mestre em Educação História, Política, Sociedade

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, São Paulo, Brasil

Coordenadora Geral do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI)

<http://lattes.cnpq.br/8482116164648128>

RESUMO

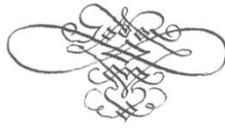
O presente trabalho teve como análise, narrativas e informações coletadas por meio de entrevistas e de observação, onde examinou o trabalho realizado pelos educadores do CECI-Jaraguá (Centro de Educação e Cultura Indígena; escola pertencente à rede de ensino do município de São Paulo). As reflexões realizadas com base nos dados tiveram como referência o fato de que tal centro educacional é um instrumento para o fortalecimento da cultura tradicional Guarani, transformando em conteúdo escolar a sua cosmologia e os costumes decorrentes do modo de vida, além da valorização do conhecimento dos mais velhos da aldeia. A presença da escola na comunidade também se justifica pela necessidade, de os indígenas compreenderem o mundo dos *Juruá* (não indígenas). Verificou-se que os processos de preservação dos costumes e crenças levados adiante em uma instituição (a escola); que não faz parte da cultura Guarani, visto que a educação das crianças foi historicamente promovida na interação e integração delas nas atividades dos adultos, evidencia a transformação tanto da tradição como da escola, sem que isso signifique a perda da identidade cultural. Por essa razão, o conceito de fronteira de Fredrik Barth, foi fundamental na interpretação dos dados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação indígena; Educação infantil escolar indígena; interculturalidade; povo e cultura guarani.

ABSTRACT

The present work had as analysis, narratives and information collected through interviews and observations, examined by the work accomplished by the educators from CEIC-Jaraguá (Center of Education and Indigenous Culture; school that belongs to the teaching network of the municipal district of São Paulo). The reflections accomplished were based on data that had as reference this type of education center as an instrument for the empowerment of traditional Guarani culture. By this way they are transforming in school contents the cosmology and the current habits in a lifestyle, besides the valorization of knowledge of the oldest village. The presence of school in the community is also justified by the needs of natives to understand the world of *Juruá* (no indigenous). It was verified that the habits and faiths preservation processes was taken ahead in an institution (the school); but that doesn't belong to the Guarani culture, because children's education was promoted historically in the interaction and integration of them in the activities of adults. In consequence it evidences both the transformation and the tradition of school, without meaning the loss of the cultural identity. For this reason, the concept of frontier of Fredrik Barth was fundamental in the data interpretation.

KEY WORDS: Indigenous education; Indigenous school children's education; interculturality; Guarani people and culture.



Foram vários os momentos em que me vi diante dos outros e senti necessidade de autoafirmação. Senti necessidade de ser ouvida, de que acreditassem e conhecessem a riqueza tão vasta de uma cultura indígena. Talvez tenha sido a minha meta, de que os povos indígenas falem por eles mesmos. (TAUKANE, 1999, p. 18).

Compreender a prática pedagógica na educação dos Guarani¹ não é tarefa simples. É necessário entender como funciona toda a estrutura social desse povo – sua cultura e sua tradição. A educação Guarani, tanto a tradicional vivida na comunidade antes da chegada da escola quanto a levada adiante na escola formal, somente adquire seu significado pleno quando articulada com o processo amplo da vida cotidiana. Uma mirada à distância, sem a aproximação para entender como acontece essa educação pode causar mais desentendimento e confusão.

Nesse sentido, para se falar de educação é preciso tratar também, de outros aspectos relacionados ao modo de ser e as interações sociais desse povo. O presente trabalho aborda a relação de fronteira entre o saber tradicional e os oriundos da escola convencional, tal como se manifestam no Centro de Educação e Cultura Indígena – CECI Jaraguá, que é uma escola de educação infantil localizada no interior da aldeia – e, também, como os educadores Guarani desenvolvem atividades que preservam e fortalecem sua cultura.

Essa escola foi pensada e idealizada junto aos líderes das aldeias para que fosse um espaço de promoção da cultura. Há outros CECI na cidade de São Paulo: nas aldeias *Tenonde Porã* e *Krukutu* (extremo sul do município), e todos estão subordinados à Secretaria Municipal de Educação.

A situação dos Guarani na cidade de São Paulo nem sempre é tranquila. O contato próximo com o não indígena muitas vezes tem sido conflituoso, derivando muitos preconceitos. Causa estranheza as suas moradias e seu modo de viver; os moradores da *Tekoa Pyau* (localizada no bairro do Jaraguá e próximo ao parque estadual que leva esse mesmo nome) são os que mais

¹ A partir de uma convenção entre linguistas e antropólogos, em 1953, ficou estabelecido que o substantivo gentílico referente ao nome de um povo indígena seria grafado com maiúscula e nunca pluralizado: tal substantivo, além de muitas vezes já estar no plural na língua indígena de referência, é designativo de um povo, de uma sociedade, de uma coletividade única – e não apenas de um conjunto de indivíduos. Daí nos referirmos aos Palikur, e não palikures; aos Guajajara, e não aos Guajajaras (conforme MAHER, 2006, p. 14).

sofrem. Já se ouviu muitas pessoas dizendo que ali é uma favela por conta das casas serem de madeira; puro desconhecimento, pois o Guarani não consegue construir suas casas como tradicionalmente o faziam por falta matéria prima e também, o mais importante, a impossibilidade da demarcação da terra por parte do governo. Ou seja, não há, por enquanto, a menor garantia da permanência da comunidade ali, que corre o risco de ser retirada a qualquer momento por força de reintegração de posse.

São sete aldeias Guarani na capital, três delas lutam pela demarcação de suas terras, incluindo a pesquisada, como observado acima. Apesar de ter sido publicada portaria declaratória², essa não foi garantia suficiente. Houve desde o início três manifestações de contestantes ao processo de identificação e delimitação da TI Jaraguá. No dia 21 de agosto de 2017, o Ministério da Justiça publicou portaria que anula a criação da terra indígena do Jaraguá. A anulação, considerada inconstitucional pelas comunidades guarani, foi requerida ao Ministério de Justiça pelo governo do Estado de São Paulo, para viabilizar um projeto de concessão do parque estadual para a iniciativa privada, sem qualquer consulta às comunidades indígenas.

A despeito da localização próxima à área urbana e do contato intenso com a chamada sociedade envolvente, continuam a preservar sua língua materna e seus costumes, considerado por eles uma grande forma de resistência Guarani na cidade de São Paulo. Os moradores dessa aldeia chegam a mencionar a saudade que sentem do canto dos pássaros e almejam um dia um espaço maior, para que seus filhos possam viver como seus pais viviam, já que no local em que vivem hoje é constituído por um aglomerado de pessoas esperançosas de um amanhã melhor, aspecto muito destacado em suas narrativas.

O presente texto aponta os resultados de pesquisa de mestrado financiada pela CAPES e realizada no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mediante coleta de dados e escuta de narrativas, constatou-se que a maioria dos educadores nasceu em outras comunidades (algumas localizadas em outros estados da União) e vieram para a *Tekoa Pyau* em decorrência do processo migratório, que é marca constante da cultura Guarani. O deslocamento de um lugar para o outro é algo comum e pode ser por uma simples visita aos parentes (que pode durar muito tempo), pela busca de uma cura com José

² Cf. Notícias FUNAI. “Ministro da Justiça assina Portaria Declaratória da Terra Indígena Jaraguá”, 29 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3280-ministro-da-justica-assina-portaria-declaratoria-da-terra-indigena-jaraguá>. Acesso em 19 de julho de 2015.

Fernandes, o líder espiritual da aldeia (visita essa que também pode se prolongar). Essa é a trajetória apontada por muitos dos educadores do CECI Jaraguá.

Para se tornar um educador o critério de escolha é que seja militante da cultura e domine certas atividades tradicionais. Essa é a experiência exigida. Por exemplo, se alguém é bom o suficiente na culinária tradicional e costuma preparar alimentos voluntariamente, tal perfil já habilita o indivíduo para o trabalho com a educação. Aponta a educadora Geni Vidal (2015), em entrevista concedida para esta pesquisa, sua experiência como fundamental para se tornar uma funcionária do CECI Jaraguá:

Eu tava fazendo atividade voluntária: *beiju*, *kavure* e outros alimentos tradicionais e o *xeramoí* falou que seu quisesse ele me colocaria para trabalhar no CECI, porque tenho experiência com a culinária tradicional, toda comunidade sabendo das minhas atividades tradicionais aceitaram, não tinha experiência como educadora... Só os trabalhos na comunidade (Geni Vidal, Educadora do CECI Jaraguá, 2015).

É importante mencionar que a escola de educação infantil baseada em princípios tradicionais da cultura indígena é algo recente para os Guarani do Jaraguá, pois o CECI tem apenas 11 anos. A educação catequizadora, que prevaleceu por anos, realizada por missionários tinha a intenção de “civilizar” os nativos. Essa forma de educação é totalmente diferente das reivindicações educacionais feitas pelos indígenas nos dias atuais. Aquela forma de imposição, chamada de educação, realizada de início pelos jesuítas não é mais tolerada atualmente. Princípios fundamentais, como autonomia, são definidos pelos próprios indígenas de modo que estes postulam um modelo alternativo de educação escolar. O modelo anterior impunha normas, valores e práticas que, ao invés de preservar os costumes, promovia ou a catequização ou à integração na sociedade nacional, desconsiderando que esses povos possuem sua religião, seus costumes, seus valores e sua própria forma de educar.

Cabe ressaltar que atualmente há uma grande preocupação por parte dos indígenas em relação a essa forma de educação, que prioriza os saberes externos à sua realidade. Ensinar no âmbito da própria cultura significa o respeito ao modo de viver e a relação estabelecida com a natureza. A educação diferenciada que ocorre nas comunidades indígenas somente tem sentido, caso seja uma educação que preze pelo jeito de ser de cada povo, com normas específicas, calendário próprio, currículo elaborado por todos, principalmente com os sábios e lideranças (geralmente os mais velhos).

Em suma, partindo de observações feitas em campo, os espaços nos quais acontecem as trocas de saberes são fundamentais. E é importante deixar expresso que, para os Guarani, todo espaço da comunidade é propício para a educação; não é necessário que esteja dentro do prédio escolar para a educação acontecer. As atividades acontecem de forma coletiva. Não há separação de alunos por grupos ou faixa etária. Todos compartilham juntos da educação e, muitas vezes, os familiares acompanham as atividades, como é o caso do artesanato tradicional, entre outras formas de interação entre a comunidade e o CECI. Tais experiências coletivas são importantes para a comunidade e para o bem estar da criança, que sempre está acompanhada da família e dos demais membros da aldeia, sempre que se fizer necessário, conforme aponta a educadora Geni Vidal: “os pais trazem as crianças todos os dias... para café, almoço, lanche e jantar, alguns vêm e fazem atividades juntos com os filhos, essa é a maior participação da família e da comunidade no CECI” (Geni Vidal, Educadora do CECI Jaraguá, 2015).

De outra parte, Noal (2003) aponta as contribuições sobre a forma de organização da educação indígena, pautada nos princípios da autonomia dos povos, quando a comunidade participa ativamente da vida da escola:

Uma escola indígena deve obrigatoriamente ser uma escola do jeito de ser do povo a que serve. As crianças, no seu processo educativo escolar, devem ser orientadas e acompanhadas da mesma maneira como suas mães e seus pais agem. Essa é uma questão básica para quem quer entender a função da escola diferenciada. É uma questão fundamental para que as crianças indígenas tenham prazer e vontade de frequentar a escola (NOAL, 2003, p.10).

Nessa fase da infância, os pais, os irmãos, os avós, assim como outros membros da comunidade, são importantes para o desenvolvimento afetivo, psicológico e cognitivo da criança. E os educadores devem estar afinados com tais princípios, pois no modo tradicional de vida não ocorre a separação das crianças com os mais velhos, tampouco se divide o tempo, de forma a definir cada momento específico para o que deve ser feito. Também, por conseguinte, não se tira uma criança da roda de conversa com os mais velhos para levá-la para escola. Esta, por sua vez, passa a ser o local no qual os indígenas têm uma extensão de seu modo de vida, onde a cultura tem continuidade.

Há muitas críticas em relação à prática pedagógica dos educadores do CECI. Alguns estagiários, visitantes e os próprios supervisores tecem questionamentos sobre a forma de educação dos Guarani, chegando a perguntar se de fato está acontecendo aula e, de acordo com

observações realizadas, dificilmente conseguem enxergar além de uma escola convencional carregada de normas burocráticas.

No entanto, conforme o caso ora estudado, a escola não serve para doutrinar e impor aspectos exteriores à cultura. Claro que tais aspectos existem, mas não são os primordiais. A ideia que orienta a educação escolar é aquela que visa difundir de forma concreta, e ampliar a tradição e a cultura desse povo. Isto faz com que haja mais atenção à prática cotidiana dos indígenas. Mesmo que se trate de uma escola que está vinculada à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, como é o caso do CECI, segue as especificidades da comunidade.

Observando por essa perspectiva a educação infantil e a prática dos educadores Guarani, a escola na comunidade se torna uma espécie de espaço de fronteira. Isso porque, estando a aldeia *Tekoa Pyau* no meio do espaço urbano da cidade de São Paulo, ela acaba por incorporar aspectos da cultura do outro sem, no entanto, que tal fato signifique a perda da identidade e autonomia. Nesse sentido, a fronteira pode ser caracterizada por ser um espaço em que o eu e o outro se encontram, e isso no interior da comunidade e, especialmente, na escola. Os indígenas afirmam que o CECI deve funcionar respeitando o *Nhandereko* (seu jeito de ser), portanto, diferenciando-se do modelo de escola não indígena, que tende à homogeneização das diferenças. O CECI conta com regimento específico que foi elaborado por eles próprios e oficializado em 2014 pela SME-SP. Esse documento constitui-se em garantia para a educação que desejam. Dessa maneira, o conceito de fronteira, tal como definido por Fredrik Barth, orienta as análises realizadas. Tal conceito implica em considerar que, apesar do fluxo constante de pessoas, a fronteira permanece:

Em primeiro lugar, fica claro que a fronteira persiste apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelas quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através de fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados (BARTH, 1969, p. 188).

Por meio da fronteira marcada pela questão étnica, Barth compreende que esse processo é dinâmico. Ocorrem transformações a partir do contato com o outro sem que se perca a sua singularidade. Também ocorrem situações de inclusão ou exclusão: quem está ou não em determinado grupo. O contato dos povos indígenas, inclusive o Guarani, proporcionou a produção

de muitos materiais pedagógicos. O objetivo é fortalecer a cultura e, ainda, criar as condições necessárias para a concretização da escola diferenciada. Cabe mencionar o pensamento de Vera Maria Candau em relação à promoção da interculturalidade.

Uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (CANDAU, 2008, p. 52).

Quanto aos materiais didáticos, eles foram elaborados visando registrar suas histórias e as guardar para os mais novos e, ainda, para serem aplicados em rodas de conversas com as crianças. As ilustrações presentes neles estão voltadas para as tradições e, de tal modo, são feitas leituras das próprias imagens, o que parece ser apropriado para a faixa etária das crianças atendidas no CECI. Dentre os vários livros elaborados, os que merecem destaque é o *Caderno de Orientações Curriculares* (2012) e o livro *Dez anos do CECI* (2014). Há, ainda, outras produções importantes: *Nhandereko nhemombe' u tenonderã* (Histórias para contar e sonhar) e outros que servem para fixar, de forma escrita, os costumes Guarani.

Sobre o CECI, ressaltamos que sua criação envolveu toda uma estrutura peculiar do povo Guarani. No ano de 2002, em reunião com lideranças da comunidade, como Olívio Jekupe, Marcos Tupã, José Fernandes, Timóteo, entre outros, e com a contribuição do não indígena Sidney Soares, começou-se a traçar a ideia do CECI. Este processo se iniciou na aldeia *Krukutu* e se estendeu à *Tenonde Porã* e, também, a situada no Jaraguá. Desde sua idealização já se apontava a importância de contratar os mais velhos para atuar nesse novo modelo de educação dentro da comunidade. Isto pôde ser feito, visto que não havia a necessidade institucional de formação inicial para os educadores, tal como determinam as políticas educacionais em relação ao exercício do magistério. São pessoas dotadas de sabedoria e do conhecimento sobre seu povo, já que cabe nesse modelo de educação, a preservação dos costumes, mais do que a institucionalização padronizadora das formas de pensar. Mesmo assim, no decorrer desse processo, a formação continuada se fez presente para os educadores. De outro lado, pode-se dizer que, mesmo sem formação inicial, os educadores executam atividades para a qual não possuem formação adequada do ponto de vista institucional, mas isso não implica que o trabalho realizado pelo CECI não seja produto de planejamento e preparação.

Observando-se esse aspecto é possível compreender a situação de tensão vivida por educadores Guarani e os não indígenas que atuam para o CECI. Ao mesmo tempo em que desenvolvem atividades relacionadas com a vivência específica tradicional e com a preservação de sua cultura, mesmo sem formação docente, são cobradas ações que extrapolam o contexto real vivido por eles. Parece ser exatamente isso o que se verifica: situações conflituosas de definição de papéis. Buscou-se evidenciar, com esta pesquisa, como se constitui a figura do educador do CECI na aldeia do Jaraguá e qual é a relação dos educadores Guarani com as práticas culturais tradicionais.

Tendo como referência o exposto até aqui, foram formulados os seguintes objetivos:

1. Analisar a relação que os educadores do CECI estabelecem com as práticas culturais Guarani, tomando-se para isso suas manifestações sobre a inserção dos aspectos extraídos do calendário, do modo de vida, da religião e do território Guarani no currículo escolar;
2. Descrever a trajetória de vida dos educadores do CECI, a fim de analisar as razões que levaram esses indivíduos a função de educador indígena.

A partir do exposto, a hipótese da pesquisa pode ser assim formulada: apesar da existência dessa situação tensa e conflituosa, e também por causa da maneira como acontece a educação Guarani fora da escola, supõe-se que, a transmissão da cultura, que tem como base a língua materna e a tradição oral, produz condições para que a formação entre os Guarani contenha elementos, com o auxílio da escola, que apontem para a educação intercultural, ou seja, que coloque em contato e em confronto práticas e valores de dois grupos distintos.

Para a realização da pesquisa, primeiro foi feita a consulta às lideranças da aldeia Tekoa Pyau acerca da possibilidade de executar tal estudo. A resposta foi positiva e houve até uma satisfação por parte do Sr. Alízio Gabriel, líder e coordenador cultural do CECI Jaraguá, que considerou oportuna a divulgação do trabalho pedagógico realizado no CECI. Ainda, avaliou que é uma maneira dos *Juruá* (os não indígenas) conhecerem e entenderem a cultura e a educação Guarani.

A motivação para pesquisar essa comunidade é exatamente a situação que vivem: próxima à cidade, com uma rodovia barulhenta ao lado (a Bandeirantes, que liga a capital ao centro do estado de São Paulo) e com um pequeno espaço para abrigar muitas pessoas, além da situação da não demarcação das terras e o reconhecimento da aldeia como território indígena

(muitos são os pedidos feitos por não indígenas de reintegração de posse à justiça). Ainda cabe mencionar, que nessa comunidade fui batizada pelo líder espiritual José Fernandes, em 25 de janeiro de 2011, recebendo o nome de Ara Poty (Flor do Dia).

Meu primeiro contato com as aldeias Guarani de São Paulo, foi exatamente com a do Jaraguá. Já conhecia algumas pessoas do movimento indígena, pois também sou indígena Pankará de Pernambuco. Aqui em São Paulo sou uma migrante fugindo da seca do semiárido, mas estou envolvida na luta pela implementação do disposto na Lei 11.645/2008³. Por passar por problemas semelhantes de invisibilidade e violação de direitos para aqueles que saíram de suas terras, por qualquer que seja o motivo, identifiquei-me com a luta dos Guarani do Jaraguá, que enfrentam sérios conflitos sociais e econômicos. Essas foram às características determinantes para a escolha dessa unidade educacional. E declaro que sou graduada em Pedagogia e contratada para o exercício da função de coordenadora pedagógica de três CECI, existentes na capital paulista.

A pesquisa foi desenvolvida com os educadores Guarani do CEII/CECI localizado na aldeia *Tekoa Pyau* (Jaraguá), por meio da utilização da técnica da entrevista – verificou-se sua insuficiência, o que levou ao emprego de outros procedimentos. Observada a necessidade de aprofundar na coleta de informações, recorri ao registro das narrativas, coletadas em rodas de conversas com lideranças da comunidade e educadores. Assim, foi possível ampliar o conjunto de dados analisados. Importante assinalar que as narrativas são práticas cotidianas dos povos indígenas. As observações também foram importantes como estratégia de levantamento de informações; com elas foi possível compreender melhor como as práticas tradicionais influenciam e são importantes no cotidiano do CECI e na comunidade e, também, a presença *in loco* permitiu certa imersão na cultura Guarani, além de dimensionar em que medida é importante para eles a preservação de seu modo de vida – trata-se de uma questão de sobrevivência como povo.

Definida desta maneira, pois se entende que é fundamental analisar a situação vivida pelos educadores que, ao mesmo tempo, são representantes institucionais da escola, e de toda sua burocracia, integrando a comunidade para a qual dirigem sua prática pedagógica. Essa situação os coloca na fronteira entre duas culturas e os obriga a lidarem com referências e conhecimentos de ambas, o que pode ser enriquecedor, mas também problemático. A ideia foi captar a trajetória pessoal dos educadores, a relação que mantêm com a escola e com a cultura Guarani, bem como o lugar social que ocupa o CECI na comunidade.

³ Que estabelece que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Foram entrevistados oito educadores, quatro que atuam no período da manhã e quatro no período da tarde. O quadro é composto por dez professores, cinco para cada período, mas no decorrer das entrevistas, dois estavam de licença. Cabe mencionar que todos são Guarani, moradores da respectiva comunidade analisada, a Tekoa Pyau.

A fim de esclarecer a composição do quadro de funcionários do CECI Jaraguá, além dos educadores há outros profissionais que não são Guarani. No corpo do texto da dissertação estes últimos são indicados como ‘não indígenas’ que atuam no CECI. Em suma, trabalham no CECI: um coordenador educacional, um coordenador cultural, um auxiliar pedagógico, um auxiliar de escola, um auxiliar administrativo, um educador de informática, dez educadores, cinco manipuladores de alimento, quatro vigias, dois agentes de limpeza, todos Guarani. Além deles, há uma coordenadora pedagógica, um assistente técnico de educação, a supervisora de ensino e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (Diretoria de Orientações Técnicas encarregada das questões étnico-raciais), todos não indígenas e que não estão presentes todos os dias nesse CECI, mas que também atuam nele e sobre ele. Os indígenas e a coordenadora pedagógica; que eram no momento da pesquisa contratados pela instituição conveniada Opção Brasil, encarregada de receber o repasse da Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá e efetuar os pagamentos mediante relatórios e prestações de conta.

O texto da dissertação é composto por três capítulos. No primeiro, intitulado *O currículo escolar e a cultura Guarani*, discute-se como foi elaborado o currículo do CECI, que agrega os valores apontados pela comunidade em consonância com as Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. O segundo, *Aspectos sociais, educacionais e culturais do Centro de Educação e Cultura Indígena – CECI-Jaraguá* apresenta discussão sobre as atividades desenvolvidas na escola. No terceiro, *Formação de professores para escolas indígenas e dos educadores Guarani como forma de resistência na cidade de São Paulo*, são abordados o lugar do CECI na comunidade e a luta dos educadores para que aconteça uma formação docente apropriada.

A educação escolar indígena, a formação de professores e a prática pedagógica tem sido um desafio para os povos indígenas nos dias atuais, mesmo com tantos avanços na legislação. Mas, ainda há muito por fazer para a construção da educação escolar verdadeiramente diferenciada. É fundamental destacar que esse panorama de dificuldades enfrentadas pelos professores indígenas em seu cotidiano é algo que leva a inquietações em toda parte. As políticas

educacionais garantem que todas as peculiaridades sejam respeitadas, no entanto, verificou-se que a escola nas aldeias, ainda que essa não seja a intenção, significa de certa forma uma ruptura como o saber e o modo de vida indígena.

O Centro de Educação e Cultura indígena – Jaraguá praticamente trabalha com a oralidade, com língua materna dos Guarani e com as práticas tradicionais – foi nesse sentido que foi idealizado e, por isso, foi aceita pelos mais velhos. Mas, os educadores não restringem as atividades apenas ao saber tradicional, pois outras tantas relacionadas ao modelo de escola oficial foram introduzidas no planejamento pedagógico e na prática cotidiana. Assim, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 garante aos povos indígenas uma escola com características próprias e que forneça ferramentas para enfrentar o contato com os não indígenas e com outras manifestações culturais, mas é no dia a dia que os impasses, tensões e contradições são enfrentadas. E a resolução delas depende do modo como indígenas e não indígenas concebem e lidam com a própria cultura, com o outro e o contato em si.

Essas questões se manifestaram no CECI analisado. Que práticas priorizar e valorizar quando o espaço da aldeia é tão restrito e insuficiente para a execução de atividades típicas do povo Guarani, como a pescaria, a caça e o cultivo de determinadas plantas. Mesmo o CECI sendo um estabelecimento oficial de educação infantil, com suas obrigações burocráticas e administrativas, os seus educadores conseguem inserir conteúdos da cultura tradicional. Mais uma vez, cabe destacar a situação de “fronteira”. Apesar de todo o fluxo de pessoas, práticas e situações ainda são possíveis distinguir as duas formas culturais em contato – a indígena e a ocidental. Isso denota em que medida a resistência dos povos Guarani é forte o suficiente, de maneira a introduzir em uma instituição como escola conteúdos não convencionais. E isso sem se isolar do entorno, já que o contato e a interlocução com o outro é considerado sadio e impossível de ser evitado.

Na análise dos dados proporcionados pelas observações, entrevistas e narrativas foi possível compreender a importância da educação diferenciada para os Guarani, assim como a formação inicial e continuada de professores, o fortalecimento da tradição, a participação dos mais velhos na escola e a elaboração do currículo como forma coletiva de assegurar o *nhandereko* Guarani. Verificou-se também que é a trajetória anterior no interior ou fora do universo indígena, que habilita o Guarani a ser educador é já ter atuado com as crianças da comunidade. Percebeu também a existência de diálogo produtivo em torno da educação infantil Guarani, do qual

participa a equipe educacional do CECI Jaraguá, do CECI Tenonde Porã, do CECI Krukutu, da Secretaria Municipal de Educação, da Diretoria Regional de Educação de Pirituba, da Diretoria Regional de Educação de Capela do Socorro, da ONG Opção Brasil e demais envolvidos. Esse diálogo é marcado por respeito e boa vontade, mas as tensões indicadas anteriormente estão presentes.

Com as entrevistas realizadas se percebeu que as narrativas são elementos fundamentais da cultura. Por isso foi decidido ouvi-las e registrá-las. Essa foi a forma de aprofundamento encontrada na coleta de dados. Assim, temas e situações apenas sugeridos nas entrevistas foram retomados em extensas rodas de conversas, também com a participação de grande número de membros da comunidade.

A educação que atinge os objetivos propostos pelos indígenas é essa que permite a interação entre jovens, adultos, os mais velhos, os pais e toda equipe escolar. Nesse sentido, todos têm fundamental papel na educação das crianças. O CECI observado, pelos relatos dos Guarani, é algo que traz muita satisfação para eles, pois ao mesmo tempo estão zelando pelo bem estar das crianças, garantindo boa alimentação e recursos que elevam autoestima e mantêm viva a língua materna e seu jeito de ser. Portanto, essa escola parece estar incluída na luta e na resistência empreendida pelos Guarani. São situações corriqueiras que permitem tal afirmação: toda a demanda é dirigida por eles próprios e têm autonomia para elaborar o material didático, o currículo e o calendário escolar. É nesse sentido que almejam por formação inicial. Além do aspecto prático de poderem ser contratados diretamente pela secretaria municipal de educação, consideram que um curso de formação oferecerá subsídios para implementarem de maneira mais qualificada a escola diferenciada.

Por fim, a preocupação dos Guarani com o bem estar das crianças é algo que chamou atenção. Sempre estão preocupados com o que será melhor para eles e como fazer para que a escola, antes vista como colonizadora, possa ser uma forma de inclusão das crianças nos processos culturais, sociais e políticos. A criança, com seus saberes, como destacou o educador Pedro Macena, “também ensina”, ainda que muitas vezes suas atividades sejam as de reproduzir o que os adultos fazem. Mesmo assim, o Guarani considera que as crianças têm algo a ensinar, por isso o zelo e o cuidado são essenciais.

E, deste modo, foi possível analisar o trabalho dos educadores do CECI para com as crianças Guarani. Trata-se de uma prática de caráter coletivo que visa fortalecer a tradição em um

espaço que não permite a realização das atividades culturais, sociais e econômicas típicas. Trata-se igualmente de prática realizada em parceria com outros agentes governamentais e não governamentais o que produz diálogo profícuo, mas também expõe algumas contradições. Parece não haver um posicionamento autoritário de qualquer uma das partes envolvidas. Enfim, apesar do pequeno espaço habitado pelos Guarani na aldeia localizada no Jaraguá, foi possível observar a riqueza dos costumes, dos cantos, das danças, do ritual de batismo, das atividades realizadas na *Opy* (casa de reza), da cosmologia e da relação que estabelecem com a natureza.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. 1969. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.396/96. Brasília. MEC, 1996.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37 jan/abr, 2008.

NOAL, Mirian Lange. Quero escrever, contar a vida de meu povo, numa escola de pensar, conviver, brincar, ser feliz... Campo Grande. Universidade Católica Dom Bosco, 2003. V Encontro sobre leitura e escrita nas sociedades indígenas.

TAUKANE, Darlene. A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi. Cuiabá: Gráfica Print, 199.



Submissão: 10 de outubro de 2017
Avaliações concluídas: 08 de abril de 2018
Aprovação: 25 de abril de 2018

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

SANTOS, C. M. S. A. O Centro De Educação E Cultura Indígena (Ceci) Da Aldeia Tekoa Pyau (Jaraguá - São Paulo/Sp): A Cultura Guarani Na Escola De Educação Infantil E A Atuação Dos Educadores Indígenas. Revista *Temporis* [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 18, N. 01, p. 99-111 de 269, jan./jun., 2018. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >